



A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: O DESAFIO TARDIO NA AMÉRICA LATINA

SINTIA SAID COELHO
MARIA CELI CHAVES VASCONCELOS

RESUMO

O presente estudo trata de uma análise histórica sobre o surgimento do ensino superior no Brasil, a partir da origem das primeiras instituições, a primeira universidade e a participação dos governos na criação e expansão dessas instituições. A pesquisa tem como objetivos apresentar o contexto de surgimento das instituições de ensino superior no Brasil, sua gênese e evolução e as leis e normas que nortearam esse desenvolvimento. Em um plano mais específico, há que se responder, por meio do estudo realizado, como o projeto educacional de implantação de cursos superiores no Brasil, esteve a serviço dos interesses das elites, que detinham o poder político e econômico na sociedade brasileira. Assim sendo, o estudo proposto tem como abordagem metodológica a investigação qualitativa e essencialmente bibliográfica, baseada, principalmente, nas contribuições de Anísio Teixeira (1989), Luiz Antônio Cunha (1975, 1980, 1985, 1988, 1989, 2000) e Maria de Lourdes de Souza Fávero (1974, 1975, 1977, 1989, 2000, 2001). As conclusões obtidas apontam o surgimento tardio das instituições de ensino superior no Brasil e o seu lento desenvolvimento, ao longo da primeira metade do século XX.

Palavras-chave: educação superior no Brasil – criação – legislação – expansão

1. Introdução

Durante o período em que o Brasil se constituía em colônia portuguesa, destinada ao extrativismo e monopólio de produtos comercializados pela metrópole, não houve nenhuma preocupação com a criação de instituições de ensino superior no país e, ao contrário, qualquer iniciativa neste sentido foi vista como perigosa pelo colonizador. Por conta deste contexto, o Brasil foi um dos últimos países da América Latina a criar instituições de ensino superior, o que somente ocorre, excetuando-se os seminários teológicos, após a vinda da família real:

O Brasil constitui uma exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias – eram 27 ao tempo da independência – Portugal, fora dos colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitados as Universidades da Metrópole: Coimbra e Évora. (Teixeira, 1976, p. 244).

Com a vinda da família real para o Brasil, entre as medidas imediatas para o desenvolvimento da colônia, que se torna Reino Unido de Portugal e Algarves, D. João VI cria a Faculdade de

Medicina da Bahia em fevereiro de 1808, durante sua rápida passagem pela região. Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, tornou-se necessário implementar condições mínimas de infra-estrutura para um contingente de, aproximadamente, 15 mil pessoas que chegaram à cidade.

As primeiras instituições de ensino superior fundadas pelos portugueses no Brasil Colônia, estavam diretamente articuladas às atividades militares, decorrentes da ocupação portuguesa e sua defesa. Elas se destinavam à formação de pessoal que os auxiliasse na construção de embarcações de diferentes portes, usando material local; portos, destinados à atracação de embarcações que carregavam e descarregavam as mercadorias de troca; fortificações, que protegessem os militares aqui aquartelados na manutenção da colônia; estradas, que permitissem os deslocamentos para o interior das terras descobertas; minas, na exploração das riquezas do subsolo; engenhos para produção de açúcar de cana e farinha de mandioca. Assim é que, em 1808 é criada a Academia Real da Marinha, no Rio de Janeiro, e, em 1810, a Academia Real Militar, para formação de oficiais e de engenheiros civis e militares.

Segundo Fávero (1977), ainda em 1808, foram criados os cursos de Cirurgia, na Bahia, que se instalou no Hospital Militar, e os de Cirurgia e Anatomia, no Rio de Janeiro, aos quais foi acrescido um ano depois o de Medicina. Para atender outras necessidades da Corte, com a concepção vigente de cunho estritamente profissionalizante, sendo necessária a formação de técnicos, foram criados, nesse período, na Bahia, cursos de Economia, 1808, Agricultura, em 1812, Química, em 1817, Desenho Industrial, em 1818. Em Pernambuco, em 1809, Matemática. Em Vila Rica, 1817, Desenho e História. Minas Gerais, em 1821, Retórica e Filosofia. No Rio de Janeiro foram fundados o laboratório de Química, em 1812, e o curso de Agricultura, em 1814. A Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios foi criada em 1816 e transformada em 1820 em Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, hoje, Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1818 foi criado o Museu Nacional no Rio de Janeiro, chamado inicialmente de Museu Real. Todas essas iniciativas foram caracterizadas pelo pragmatismo, além de se destacarem pelo seu caráter laico e estatal.

O projeto educacional de cursos superiores isolados esteve a serviço dos interesses das elites, que detinham o poder político e econômico na sociedade brasileira, demonstrado por um mecanismo institucional de política de dependência, instaurada no Estado colonialista. De um lado, visava-se à cultura profissional; de outro, enfatizava-se o sentido liberal de profissões socialmente prestigiadas. Organizava-se com o objetivo principal de transmitir a cultura elitista, constituindo-se, assim, numa forma de alienação cultural, afastado que estava das questões decisivas do contexto nacional. Anísio Teixeira refere-se ao papel alienador do ensino superior nesse período:

[...] tínhamos duas alienações no ensino superior. A primeira grande alienação é que o ensino, voltado para o passado, nos levava ao desdém pelo presente. A segunda alienação é que toda a cultura transmitida era cultura européia. E nisso tudo o Brasil era esquecido. (Teixeira, 1998, p. 93-94)

No final da permanência da Família Real no Brasil, em 1822, existiam aqui sete cursos de educação superior, que hoje pertencem à Universidade Federal da Bahia e à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diante desse quadro, Portugal, através da Universidade de Coimbra, exerceu até o fim do Primeiro Reinado, uma grande influência na formação de nossas elites culturais e políticas.

As Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia, em 1832, foram transformadas em Faculdades de Medicina. Em 1838, foi fundado o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, (BELLO, 2003). Neste mesmo período foram fundados dois cursos de Farmácia, um curso de Direito, um curso de Música, dois de Odontologia, um de Engenharia de Minas, dois de Agronomia, um de Artes Plásticas, um de Teatro e um de Engenharia Metalúrgica.

Em 1889, ano da Proclamação da República, eram 19 os cursos de educação superior no Brasil, conforme apresenta o quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – BRASIL: Número de Cursos de Educação Superior fundados entre 1808 e 1889.

NOME IES	NOME CURSO	DT INICIO FUNCIONAMENTO	MUNICÍPIO	UF
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	MEDICINA	08/03/1808	SALVADOR	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	MEDICINA	05/11/1808	RIO DE JANEIRO	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	ENGENHARIA CIVIL	01/01/1811	RIO DE JANEIRO	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	ESCULTURA	12/08/1816	RIO DE JANEIRO	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	GRAVURA	12/08/1816	RIO DE JANEIRO	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	PINTURA	12/08/1816	RIO DE JANEIRO	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	ARQUITETURA E URBANISMO	23/11/1820	RIO DE JANEIRO	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	FARMÁCIA	08/03/1832	SALVADOR	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	DIREITO	15/05/1827	RECIFE	PE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	FARMÁCIA	13/05/1839	OURO PRETO	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	MÚSICA	21/01/1847	RIO DE JANEIRO	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	ODONTOLOGIA	14/05/1856	RIO DE JANEIRO	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	ENGENHARIA DE MINAS	13/11/1875	OURO PRETO	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	AGRONOMIA	03/03/1877	CRUZ DAS ALMAS	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	ARTES PLÁSTICAS	06/03/1877	SALVADOR	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	TEATRO	07/03/1877	SALVADOR	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	ODONTOLOGIA	09/03/1879	SALVADOR	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	AGRONOMIA	14/03/1888	CAPAO DO LEAO	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	ENGENHARIA METALÚRGICA	01/03/1889	PORTO ALEGRE	RS

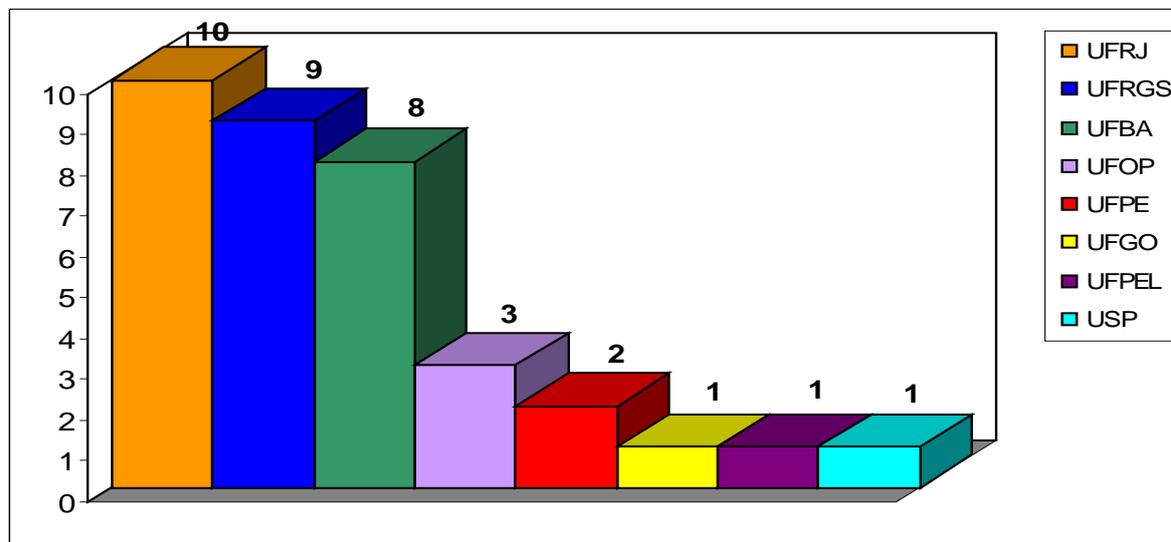
Fonte: BRASIL. INEP, 2004.

Foram pequenas as iniciativas dos governos imperiais no campo do ensino superior. Cursos viraram academias, currículos foram alterados, mas o panorama não mudou substancialmente. Permanecia o modelo de formação dos profissionais liberais em estabelecimentos isolados e visava-se assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito, além da garantia de prestígio social. As modificações que se destacam foram a criação da Escola Politécnica, em 1874, no Rio de Janeiro, e a da escola de Minas, de Ouro Preto, em 1875.

Segundo dados do INEP, mostrados no gráfico 1, a seguir, foram fundados no Brasil, no decorrer do século XIX, de 1808 a 1899, 35 cursos de educação superior, que hoje integram oito universidades, sendo dez da Universidade Federal do Rio de Janeiro; nove da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; oito da Universidade Federal da Bahia; três da Universidade Federal de Ouro Preto; dois da Universidade Federal de Pernambuco; um da

Universidade Federal de Goiás; um da Universidade Federal de Pelotas e um da Universidade de São Paulo.

Gráfico 1 – BRASIL: Número de Cursos de Educação Superior fundados entre 1808 e 1899, e suas distribuições por universidade.



Fonte: MEC/Inep/Deaes

Até o final do século XIX existiam 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes. A partir daí, a iniciativa privada começou a criar seus próprios estabelecimentos de ensino superior, graças à possibilidade legal disciplinada pela Constituição da República de 1891.

Todavia, segundo Bello (2003) neste rol de instituições voltadas para o ensino e a ciência, não há iniciativa do poder público, nem do privado, com o objetivo de fundação de universidades nos moldes das universidades portuguesas ou européias, enquanto que a nova Universidade de Berlim, fundada em 1810, dentro da corrente de pensamento de Humboldt, a Universidade de Paris, reformulada no pensamento de Descartes, e a Universidade de Oxford se tornaram modelos de Universidades para as que já existiam naquela época (BELLO, 2003).

2. A primeira Universidade: o discurso e as realizações

As diversas tentativas frustradas de estender aos colégios jesuítas as prerrogativas de universidade, demonstram a intencionalidade da coroa portuguesa de manter a dependência com relação à Universidade de Coimbra. Referindo-se a esta dependência da Universidade de Coimbra, Anísio Teixeira (1989) afirma que, até o início do século XIX, esta foi a universidade brasileira, nela se graduando mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil. Esse autor chama atenção, lembrando que, até a Independência, brasileiros e portugueses, quando membros da classe dominante, não poderiam ser diferenciados, “o brasileiro da Universidade de Coimbra não era um estrangeiro, mas um português nascido no Brasil”, citando, como exemplo, José Bonifácio de Andrada, o brasileiro patriarca da Independência do Brasil, que

foi professor da Universidade de Coimbra, assim como vários brasileiros. Esse domínio da Universidade de Coimbra na formação das elites brasileiras leva também Azevedo (1963) a afirmar, remetendo-se à Reforma Pombalina, que esta atingiu o Brasil, principalmente, através daquela universidade.

A criação de universidades no Brasil revela considerável resistência tanto por parte de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, como por parte de alguns brasileiros que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero no país, considerando muito mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para fazer seus estudos superiores (Moacyr, 1937, II, p. 580-1 apud Fávero, 1977). Comparado a seus vizinhos coloniais, o Brasil trilhou com muito atraso o caminho de sua formação cultural.

Conforme Cunha (2003):

Diferentemente da Espanha, que instalou universidade em suas colônias americanas já no século XVI, Portugal não só desincentivou como também proibiu que tais instituições fossem criadas no Brasil. No seu lugar, a metrópole concedia bolsas para que um certo número de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra, assim como permitia que estabelecimentos escolares jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia. O primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas na Bahia, sede do governo federal, em 1550. Os jesuítas criaram, ao todo, 17 colégios no Brasil, destinados a estudantes internos e externos, sem a finalidade exclusiva de formação de sacerdotes. Os alunos eram filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de artesãos e, nos séculos XVII e XVIII, também de mineradores. Nesses colégios era oferecido o ensino das primeiras letras e o ensino secundário. Em alguns, acrescia-se o ensino superior de Artes e Teologia. O curso de Artes, também chamado de Ciências Naturais ou Filosofia, tinha duração de três anos. Compreendia o ensino de Lógica, de Física, de Matemática, de Ética e de Metafísica. O curso de Teologia, de quatro anos, conferia o grau de doutor. Em 1553, começaram a funcionar os cursos de Artes e de Teologia. No século XVIII, o Colégio da Bahia desenvolveu seus estudos de Matemática a ponto de criar uma faculdade específica para seu ensino. Cursos superiores foram também oferecidos no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco, no Maranhão e no Pará (CUNHA, 2003, p. 152).

No Brasil a proposta de criação da universidade foi negada durante todo o período colonial. Pouco debatida tanto durante a vigência do Império, quanto nos primórdios da República, a idéia de sua implementação parecia fadada a malograr. Dispunha-se de um sistema de ensino superior diversificado e completamente distante de quaisquer perspectivas nacionais.

Liberaisⁱ, conservadores e positivistasⁱⁱ, a partir da década de 1870, concordavam em relação à liberdade de ensino superior, por razões ideológicas ou por razões de conveniência prática. Até aquela década, a Igreja Católica tinha sido contrária à liberdade de ensino, pois não admitia a validade de se ensinar uma doutrina que considerava falsa, porém, com as tentativas do Papa Pio IX de subtrair ao Estado o controle da Igreja, uma série de conflitos entre a burocracia e a Igreja fizeram com que esta se posicionasse ao lado dos seus, até então adversários, os liberais e os positivistas.

Segundo Cunha (1980) o Estado detinha e precisava manter o monopólio da formação da força de trabalho habilitada para o desempenho de determinadas profissões, garantindo os interesses de poder, remuneração e prestígio (“distribuição de privilégios”) de certos grupos corporativos. Ainda segundo este autor, por esta razão o Estado não liberava o ensino

superior, pois, “o aumento do número de diplomados, poderia produzir, pela diminuição da raridade, a perda do valor intrínseco do diploma, em termos de poder, prestígio e remuneração” (p. 85).

Todavia, o consenso dos adeptos da liberdade de ensino não se repetia em relação à criação da universidade. Para os liberais a criação de uma universidade teria a função de formar “uma elite preparada e competente, capaz, não de traduzir as aspirações populares, mas de desenvolvê-las e incentivá-las”. (Barros, 1980 apud Cunha, 1980, p.86), para os positivistas, segundo as razões listadas por Teixeira Mendes, ferrenho adversário dos projetos de criação da universidade, a oposição à sua criação era de que:

A ciência não lucra com semelhante criação, porque a ciência nasceu sem privilégios, e perseguida também. A proteção só serviu para profaná-la, aplicando-a contra os interesses sociais e em proveito de retrógrados e anarquistas. O país também não lucra: primeiro porque a Universidade vai consumir um capital enorme, melhor aplicado na elevação dos proletários; segundo porque vai dificultar a propagação da doutrina regeneradora, seja ela qual for; terceiro porque ataca a liberdade de pensamento; quarto porque aumenta o parasitismo burguês. (Teixeira Mendes apud Cunha, 1980, p. 90)ⁱⁱⁱ

Criticada por uns, defendida por outros, a universidade não aconteceu no Império, embora projetos e recomendações não faltassem para tal. Anísio Teixeira (1989) refere-se a um total de 42 projetos recusados em todo o período, do de José Bonifácio^{iv} ao de Rui Barbosa^v, em 1882. Esse autor transcreve um trecho do depoimento do Conselheiro A. Almeida Oliveira, registrado nos Anais do Congresso de Educação que se realizou no Brasil em 1882, que investia violentamente contra a idéia de universidade, afirmando:

A universidade é uma coisa obsoleta e o Brasil, como país novo, não pode querer voltar atrás para construir a universidade; deve manter suas escolas especiais, porque o ensino tem de entrar em fase de especialização profunda; a velha universidade não pode ser restabelecida. (op. cit.)

Anísio Teixeira (1989) considerava que o conselheiro se referia à antiga universidade medieval, desatualizada. Registra um retardamento da informação nacional, que, por certo, não conheciam a moderna Universidade de Berlim, cujas bases haviam sido lançadas por Humboldt, em 1810. Para ele “a universidade moderna já era uma realidade”. A última tentativa no Império partiu de D. Pedro II, em sua última Fala do Trono, propondo, entre outras reivindicações, a criação de duas universidades, uma no norte e outra no sul do país, mas sua proposta não obteve êxito.

Como observa Anísio Teixeira (1989, p. 98), o Brasil esteve fora do processo universitário quando o tema principal do debate, no século XIX, era “a nova universidade, devotada à pesquisa e à ciência, que iria reformular o conhecimento humano em todos os campos do saber e, além disto, criar a consciência das culturas nacionais...”.

A república foi proclamada por um golpe de Estado, no desfecho de uma conspiração que reuniu liberais, como Rui Barbosa, positivistas, como o Coronel Benjamin Constant^{vi}, e monarquistas, como o Marechal Deodoro da Fonseca^{vii}. Até este momento o país contava com seis^{viii} estabelecimentos de ensino superior e nenhuma universidade. A Constituição promulgada em 1891 resultou de conflitos e composições de liberais e positivistas.

Nos anos seguintes, durante a primeira república, o sistema educacional apresentou uma expansão considerável, o número de escolas superiores se multiplicou e se espalhou por muitas cidades. Essa multiplicação foi determinada pelo aumento da procura de ensino superior demandada pelas transformações econômicas e institucionais e, pela luta de liberais e positivistas pelo ensino livre e contra os privilégios ocupacionais conferidos pelos diplomas escolares. “Seu início coincide com a influência positivista na política educacional, marcada pela atuação de Benjamin Constant, 1890-1891” (Cunha, 1980, p. 132) e, se torna ainda mais acentuada com a Reforma Rivadávia Correa^{ix}, 1911, a qual institui o ensino livre. No período de 1891 a 1910 foram criadas 27 escolas superiores no Brasil^x (Cunha, 2000, p. 158).

Segundo Fávero (1977) depois de proclamada a República, várias tentativas são empreendidas em prol da criação da universidade no Brasil, porém, frustradas as tentativas e sob a nova orientação jurídica, gerando condições para o estabelecimento de instituições de ensino superior, o movimento em prol da universidade se desloca do Governo Federal para os Estados e são criadas as primeiras universidades: em 1909, a Universidade de Manaus, em 1911, a de São Paulo e, em 1912, a do Paraná, todas marcadas por uma curta existência.

Eis que, em 1915, através da Reforma Carlos Maximiliano^{xi}, por meio do Decreto n. 11.530, é autorizada a organização de uma Universidade Federal, constituída pela Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e das duas Faculdades Livres de Direito do Rio de Janeiro, Universidade essa que só foi criada em 1920 no Governo de Epitácio Pessoa. O texto legal determina que caberia ao

Governo Federal, quando achasse oportuno, reunir em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades livres de Direito, dispensado-a de taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar. (Decreto 11.530/1915)

Entretanto, somente cinco anos após a permissão, surge então, em 1920, através do Decreto n. 14.343, do Presidente Epitácio Pessoa, a primeira instituição universitária brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, uma justaposição das Faculdades de Medicina, Direito e a Escola Politécnica. Segundo Fávero (1977) os comentários sobre tal evento indicam que o mesmo foi motivado pela visita do Rei Alberto da Bélgica, por ocasião das comemorações do primeiro centenário da Independência e que este seria homenageado com o título de *Doctor honoris causa*, o qual só poderia ser concedido por uma universidade. Todavia, Cunha (1980), registra que o Decreto foi assinado quando o ilustre viajante já se encontrava a caminho, cinco dias após seu navio ter deixado a Bélgica.

A reunião das escolas superiores em universidade não fez que esta se tornasse uma “*verdadeira*” universidade, passando a ter existência apenas nominal. Sua implantação não decorreu de um processo orgânico de discussão e de amadurecimento, que resultasse na organização de uma entidade a altura dos anseios da sociedade brasileira. Não teve maior significado e foi recebida sem entusiasmo. Tratava-se de um ato político e protocolar de justaposição de instituições, continuando a funcionar de forma isolada, sem nenhuma articulação e sem qualquer alteração nos currículos.

Sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro – apontando para a inexistência de um conceito consistente para a nova instituição – o professor Benjamin Franklin Ramiz Galvão^{xiii}, seu primeiro reitor (Fávero, 1977), em documento encaminhado ao Ministro, já assim se pronunciava:

Não errarei afirmando, pois, que, a Universidade do Rio de Janeiro está, apenas criada *in nomine*, e, por esta circunstância, se acha, ainda, longe de satisfazer o *desideratum* do seu Regimento: estimular a cultura das ciências; estreitar, entre os professores os laços de solidariedade intelectual e moral, e aperfeiçoar os métodos de ensino. Constituída pela agregação das três Faculdades preexistentes, de Engenharia, de Medicina e de Direito, do Rio de Janeiro, nem ao menos têm elas a sua localização comum ou próxima; vivem apartados e como alheios uns dos outros os três institutos que a compõem, sem laço de ligação além do Conselho Universitário, cujos membros procedem das três Faculdades. (Fávero, p. 29)

Segundo Fávero (1977) apesar de todas as contradições apresentadas no ato de criação da Universidade do Rio de Janeiro, um ponto deve ser destacado: “a criação teve um mérito: o de suscitar o debate em torno do problema universitário brasileiro”.

No Brasil, os atos de criação de universidades foram sempre relacionados aos interesses políticos de cada época, sendo essa situação uma característica da sua origem, pois elas foram criadas a partir do modelo das universidades fundadas em Portugal, Espanha e de sua extensão aos países latinoamericanos.

Em 1925, a Reforma Rocha Vaz^{xiii} (Decreto n. 16.782-A, de 13/1/1925) promove novas alterações na regulamentação do ensino superior, com o objetivo de reforçar o controle do governo federal. A Universidade do Rio de Janeiro^{xiv} é mantida nos moldes em que fora criada e é autorizada a criação de outras universidades, seguindo o seu modelo:

É mantida, com a sua atual organização, no que não contrariar as disposições deste regulamento, a Universidade do Rio de Janeiro, cujo Reitor, salvo o disposto no art. 3º, será designado pelo Presidente da República entre os Diretores das Faculdades que a constituírem” (...) e, no parágrafo 1º: “Ser-lhe-ão incorporados as Faculdades de Farmácia e Odontologia, agora criadas, e outros institutos de ensino, que, por sua natureza possam fazer parte do sistema universitário. (Decreto nº 16.782-A, Art. 259, 1925).

Em 7 de setembro de 1927, utilizando-se o mesmo método de organização da universidade por reunião de faculdades, foi criada a Universidade de Minas Gerais. Pouco depois da criação desta, o governo federal promulgou o Decreto nº 5.616, de 28 de dezembro de 1928 e no ano seguinte a sua regulamentação, com o objetivo de controlar a instalação e fixar as regras de funcionamento das universidades. A fiscalização das universidades seria realizada pelo Departamento Nacional de Ensino^{xv}. Segundo Cunha (1980) por esses documentos as universidades gozariam de “perfeita autonomia administrativa, econômica e didática”. Os conselhos universitários poderiam “determinar as matérias ou cadeiras de cada curso, sua seriação, programas e processos de exames”. A admissão de alunos deveria estar sujeita aos mesmos requisitos legais exigidos para os estabelecimentos federais de ensino. Para o autor, na prática, a constituição de universidades particulares estava vedada, pois condicionada a uma lei do governo estadual para sua criação.

Embora com nome de universidade, as instituições até então criadas, continuavam, na prática, isoladas, inexpressivas, como um mero conglomerado de faculdades, sem articulação e com uma reitoria que levou à disputa entre elas. Nenhuma alteração nos currículos, bem como nas suas práticas, foram desenvolvidas, continuando a atender aos imperativos de formação profissional.

O período caracterizado como Primeira República constitui um momento complexo na vida brasileira, marcado, principalmente, pela crise do sistema oligárquico tradicional. Como a Constituição de 1891 vedava o direito de voto dos analfabetos, e as oligarquias rurais dominavam o controle da maioria do eleitorado, para eles não interessava a difusão do ensino. Todavia, a burguesia industrial, voltava-se para o atendimento das demandas educacionais das classes trabalhadoras e das camadas médias urbanas, na crença de que a instrução pública seria o impulsionador de maiores oportunidades profissionais e de recomposição do poder político dentro dos marcos da democracia liberal. Esse contexto de industrialização e urbanização condicionou ao estabelecimento de um sistema de educação de massa, com a crescente expansão da rede pública do ensino primário e o surgimento de projetos de educação das elites com conseqüente demanda pela reorganização do ensino superior.

Segundo Cunha (1980) o crescimento dos sistemas de ensino e as mudanças políticas motivaram o surgimento dos “profissionais da educação”, dentre eles destacam-se Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Francisco Campos e Mário Casassanta. De acordo com este autor:

Esses profissionais estão preocupados com a remodelação dos sistemas estaduais de ensino, com a melhoria da qualidade do ensino, com a psicologização do processo educacional, com a adequada administração do ensino. Mais do que a amplitude do sistema escolar, interessa que ele funcione bem; para tanto, introduziram-se as técnicas e os princípios recomendados pela Escola Nova. Fala-se em ‘ciências da educação’, utilizam-se as medidas educacionais. Por outro lado, a literatura educacional desloca-se dos Anais do Congresso, para as primeiras coleções especializadas ou para publicações avulsas de editoras privadas. Das pregações em favor da difusão do ensino, ‘o principal problema da Nação’ passamos a divulgação de técnicas e teorias psicológicas, a promulgação de obras didático-metodológicas, ao estudo da pedagogia como ‘ciência experimental’. É a tecnificação do campo pedagógico que se inicia, influenciando na formação das futuras gerações de ‘profissionais da educação’ do país. (2003)

Em 1924 é fundada a Associação Brasileira de Educação - ABE, instrumento de mobilização e difusão de idéias, na qual se reuniram os mais expressivos educadores, estendendo assim, sua capacidade de atuação. As discussões sobre a forma em que as universidades vinham sendo criadas (reunião de faculdades) e os rumos do ensino superior passam a se expressar de forma intensa e organizada. Fatos significativos para o ensino superior marcam essa época. O primeiro consistiu numa série de reportagens do jornalista Fernando de Azevedo, através do jornal *O Estado de São Paulo*, em 1926, caracterizado de inquérito, onde produzia um diagnóstico sobre os problemas do ensino superior, inquirindo vários professores renomados e apresentando as diretrizes para a solução do problema. O segundo foi o Congresso de Ensino Superior, em agosto de 1927, em comemoração ao centenário da criação dos cursos jurídicos no Brasil, convocado pelo Governo Federal e tinha como objetivos, segundo Fávero (1977), discutir e apresentar sugestões para a reformulação da Universidade do Rio de Janeiro e rever os cursos jurídicos existentes. O terceiro, voltado exclusivamente para a questão do ensino superior, foi o denominado segundo inquérito, realizado na II Conferência Nacional de Educação, promovida pela ABE, em 1928, e publicado com o título “O Problema Universitário Brasileiro – inquérito promovido pela Secção de Ensino Técnico e Superior da ABE”. Nesta pesquisa, um curto questionário foi enviado, o qual indagava: Que tipo universitário adotar no Brasil? Deve ser único? Que funções deverão caber as universidades brasileiras?

Este período é marcado ainda por importantes reformas nos estados, com o objetivo de modernizar o ensino, entre as quais a de São Paulo, por Sampaio Dória (1920), a do Ceará, por Lourenço Filho (1922), a do Distrito Federal, por Carneiro Leão (1922), a da Bahia, por Anísio Teixeira (1924), a do Rio Grande do Norte, por Bezerra de Menezes (1925), a do Paraná, por Lisímaco da Costa (1927).

Segundo Cunha (1980) todas as propostas a respeito da organização do ensino superior no Brasil, no sentido da criação de universidades, de *verdadeiras* universidades, não reproduzindo a “caricatura” existente no Rio de Janeiro, constituíram um conjunto complexo e contraditório. A Revolução de 1930 criou as condições para a diferenciação desse conjunto.

3. Considerações finais

Da chegada da família real portuguesa ao Brasil (1808) até o final do Império, o ensino superior desenvolveu-se lentamente. Até 1822 existiam sete cursos de educação superior, em grande parte, vinculados às atividades militares decorrentes da ocupação portuguesa e objetivando a formação de burocratas para as funções do Estado. Em 1889, ano da Proclamação da República, eram 19. Por mais de um século o país viveu a experiência de ensino superior sem a presença de uma universidade. É através da Reforma Carlos Maximiliano, por meio do Decreto n. 11.530, de 1915, que se dispõe legalmente a respeito da instituição de uma universidade e, apoiado nesse dispositivo, o Governo Federal instituiu, em 1920, a primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro.

Em 1931, o governo provisório de Getúlio Vargas promoveu ampla reforma educacional, que ficou conhecida como a Reforma Francisco Campos - primeiro Ministro da Educação do país - autorizando e regulamentando o funcionamento das universidades.

No ano de 1954, o Brasil contava com 16 universidades, sendo três em São Paulo, duas no Rio Grande do Sul, uma no Paraná, três em Pernambuco, uma na Bahia, três em Minas Gerais e três no Rio de Janeiro. Destas, cinco eram confessionais e 11 mantidas pelos governos federal e estaduais, ou por ambos. Entre os anos de 1955 e 1964 foram criadas mais 21 universidades, sendo cinco católicas e 16 estaduais. Nesse período ocorre o processo de federalização do ensino superior (CUNHA, 1980).

De 1940 a 1960 a população do país passou de 41,2 milhões para 70 milhões (crescimento de 70%). Apesar do tal processo apontar uma recuperação expressiva no atraso das iniciativas do ensino superior no Brasil, tais lacunas deixaram inúmeros resquícios, especialmente a expansão desordenada que, na virada do século XX, como forma de resposta às demandas e desafios contemporâneos, tem sido a maior preocupação do governo em relação às políticas educacionais para o ensino superior no Brasil.

ⁱ O Liberalismo é uma filosofia política que prima pela autonomia moral e econômica da sociedade civil em oposição à concentração do poder político. O liberalismo ganhou expressão moderna com os escritos de John Locke (1632-1704) e Adam Smith (1723-1790). Seus principais conceitos incluem individualismo metodológico e jurídico, propriedade privada, governo limitado, ordem espontânea, estado de direito, e livre mercado.

ⁱⁱ O Positivismo foi a autodenominação de uma doutrina filosófica surgida na sua forma amadurecida, na França, elaborada por Augusto Comte (1798-1857). Pretendia unificar os conhecimentos do mundo “humano” ao “natural” pela aplicação àquela da metodologia que as ciências naturais teriam desenvolvido: um método “positivo” em oposição ao método “metafísico”. (CUNHA, 1980, p. 86)

ⁱⁱⁱ Raimundo Teixeira Mendes, *A Universidade*, Rio de Janeiro, Centro Positivista Brasileiro, 1882.

^{iv} José Bonifácio de Andrada e Silva (Santos, 13 de junho de 1763 — Niterói, 6 de abril de 1838) foi um naturalista, estadista e poeta brasileiro. É conhecido pelo epíteto de "Patriarca da Independência".

^v Ruy Barbosa de Oliveira – (Salvador, 5 de novembro de 1849 – Petrópolis, 1 de março de 1923) foi um jurista, político, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e orador brasileiro.

^{vi} Benjamin Constant Botelho de Magalhães (Niterói, 1836 — Rio de Janeiro, 1891) foi um militar, professor e estadista brasileiro. Foi um dos principais articuladores do levante republicano de 1889, foi nomeado Ministro da Guerra e, depois, Ministro da Instrução Pública no governo provisório.

^{vii} Manuel Deodoro da Fonseca – (Marechal Deodoro, 5 de agosto de 1827 – Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1892), foi um militar e político brasileiro, proclamador da República e primeiro presidente do Brasil.

^{viii} Faculdade de Direito de São Paulo, Faculdade de Direito de Recife, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Faculdade de Medicina da Bahia, Escola Politécnica do Rio de Janeiro e Escola de Minas de Ouro Preto. (Fávero, 1977, p. 26).

^{ix} Lei Orgânica do Ensino Superior, implementada pelo Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. Reforma que objetivou especialmente o ensino superior sendo considerada a "liberdade de ensino", que a mesma adotara, corolário do dispositivo constitucional que assegurava a liberdade de profissão e a promessa de autonomia dos estabelecimentos federais de ensino e da extinção da ação fiscalizadoras do Governo Federal sobre os estabelecimentos particulares. (inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus).

^x Nove de Medicina, Obstetria, Odontologia e Farmácia; oito de Direito; quatro de Engenharia; três de Economia e três de Agronomia.

^{xi} Através da Reforma as escolas particulares, que funcionavam sob o regime de concessão do poder público, deveriam ser previamente autorizadas a funcionar e, a seguir, reconhecidas e inspecionadas pelos setores competentes do Ministério da Educação ou das Secretarias estaduais de educação, a fim de que pudessem expedir certificados e diplomas válidos perante os órgãos oficiais. Promulgada em 1915, a Lei Carlos Maximiliano restabeleceu a equiparação dos estabelecimentos estaduais com os federais e manteve o exame vestibular, ao mesmo tempo que assegura aos alunos dos colégios particulares o direito de prestação de exames preparatórios no Colégio Pedro II e nos colégios equiparados, para fins de inscrição em exame vestibular. (cf. Silva, Geraldo B. Apontamentos sobre a evolução da administração federal do ensino superior. In: Documentário, MEC/DES, 1969)" (inep.gov.br/pesquisa/thesaurus).

^{xii} Nasceu em Rio Pardo, RS, em 16 de junho de 1846, e faleceu em 9 de março de 1938, no Rio de Janeiro. Foi [médico](#), [professor](#), [filólogo](#), [biógrafo](#) e [orador brasileiro](#). Lecionou [grego](#), [retórica](#), [poética](#) e [literatura brasileira](#) no [Colégio Pedro II](#) (1869-1870) e foi professor da [Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro](#). Também, foi tutor do Príncipe Imperial D. [Pedro de Alcântara de Orléans e Bragança](#), durante sua infância até a [Proclamação da República Brasileira](#), em 1889. É patrono da cadeira 9, na [Academia Rio-Grandense de Letras](#). Foi o primeiro Reitor da Universidade do Brasil, ocupando o cargo de 1921 a 1925. (inep.gov.br/pesquisa/thesaurus).

^{xiii} Em 1925, a Reforma Rocha Vaz é aprovada tendo como Ministro da Justiça e Negócios Interiores João Luiz Alves. Quanto ao ensino superior, a Reforma Rocha Vaz baixou algumas normas de funcionamento para os cursos, então, em funcionamento (direito, engenharia, medicina, farmácia e odontologia) e extensivas aos demais que fossem criados. (inep.gov.br/pesquisa/thesaurus).

^{xiv} Reorganizada em 1937, através da Lei nº 452, de 5/7/1937, passou a se chamar Universidade do Brasil e, através da Lei nº 4831, de 5/11/1965, passa a chamar-se até os dias atuais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. (www.ufrj.br/historia).

^{xv} Regulamentado pelo Decreto n. 19.444 de 01 de dezembro de 1930.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4ª edição. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1963.

BELLO, José Luiz de Paiva. **História da educação no Brasil**. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/historia.htm>. Acesso em março de 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Os cem cursos mais antigos estão em 26 instituições de educação superior**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/informativo>>. Acesso em março 2009.

CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Qual Universidade? São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

_____. **A Universidade Reformanda: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antonio e GÓES, Moacir de. **O Golpe na Educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000.

_____. Elementos para uma reinterpretação da Educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 60, n 133, p. 31-35, jan./ mar. 1974.

_____. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

_____. (org.). **A universidade em questão**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

_____. **Universidade e Poder: Análise crítica. Fundamentos históricos: 1930 a 1945**. 2ª edição. Brasília: Editora Plano, 2000a.

_____. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000b.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, INL, 1976.

_____. **Educação: problema da educação nacional**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. v. 29. n. 70, p. 21-31, abr./jun., 1958.

_____. **Educação é um direito**. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.

_____. Educar para o equilíbrio da sociedade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 55, n. 122, p. 191-196, abr./jun., 1971.

_____. **Educação e o mundo moderno**. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

_____. **Ensino Superior no Brasil:** análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1989.

_____. **Educação e Universidade.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.